



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 01 - A Constituição Federal veda expressamente a aplicação de certas penas. Assinale a opção que não contém penalidade proibida constitucionalmente entre nós.**

- a) Pena de perda de bens.
- b) Pena cruel.
- c) Pena de trabalhos forçados.
- d) Pena de caráter perpétuo.
- e) Pena de morte, em tempos de paz.

**Questão 02 - Segundo a Constituição Federal, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando:**

- a) a defesa da cidadania estiver ameaçada.
- b) o processo envolver autoridades públicas.
- c) a defesa da intimidade não prejudicar o interesse público à informação.
- d) se tratar de investigação criminal.
- e) se tratar de prestação de contas do uso de recursos do fundo partidário.

**Questão 03 - A Constituição Federal é expressa ao prever, apenas para os reconhecidos pobres, a gratuidade:**

- a) no exercício do direito de petição junto aos poderes públicos, para esclarecimentos de situações pessoais.
- b) das ações de habeas corpus e de habeas data.
- c) na obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos.
- d) do registro civil de nascimento e de casamento.
- e) na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

**Questão 04 - A proposta de emenda constitucional, depois de aprovada por três quintos dos votos, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal deve ser:**

- a) sancionada e promulgada pelo Presidente da República.
- b) promulgada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado.
- d) promulgada pelo presidente do Senado.
- e) promulgada pelo Presidente do STJ.

**Questão 05 - Prevê o caput do art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a**



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**invulnerabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". De acordo com esse princípio, deve-se:**

- a) Tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade.
- b) Tratar todos de forma igual.
- c) Tratar todos de forma desigual, não importando a medida de sua desigualdade.
- d) Estabelecer distinções em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- e) Tratar os brasileiros igualmente e os estrangeiros desigualmente.

**Questão 06 - O direito à duração razoável do processo constitui:**

- a) Uma determinação legal de que os processos judiciais não perdurem por mais de um ano.
- b) Um direito individual introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, assegurado a todos no âmbito judicial e administrativo.
- c) Um direito à diminuição dos prazos processuais.
- d) Um direito ao julgamento final do processo em prazo não superior a seis meses.
- e) Uma determinação ao Poder Judiciário que deve concluir o julgamento dos processos judiciais em 180 dias.

**Questão 07 - A prisão civil somente é admitida, à luz da Constituição Federal, do Pacto de San José da Costa Rica e da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal, nos casos de:**

- a) Devedores contumazes.
- b) Depositários infieis.
- c) Devedores de pensão alimentícia e de depositários infieis.
- d) Devedor voluntário e inescusável de pensão alimentícia.
- e) Devedor voluntário e escusável de pensão alimentícia.

**Questão 08 - Nosso ordenamento pátrio contempla a religiosidade como um fenômeno sociológico que ganha importância jurídica, graças aos princípios constitucionais de liberdade. O direito à liberdade de religião está exposto na Constituição Federal de várias formas. Assinale a alternativa inverídica:**

- a) A liberdade de consciência e de crença é inviolável. O livre exercício dos cultos religiosos é assegurado, bem como temos garantida, na forma que a lei dispuser, a proteção das liturgias e dos locais onde os cultos se realizem.
- b) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de direitos, exceto se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) No ensino fundamental, conteúdos mínimos são fixados pela CF/88. O ensino religioso, por exemplo, constituirá disciplina de matrícula obrigatória dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, assegurando a formação comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais do País.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas ou subvencioná-los. Também lhes é vedado embaraçar o funcionamento destes ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questão 09 - Acerca da revogação e da anulação dos atos administrativos, é correto afirmar:**

- a) Em face da presunção de legalidade, os atos administrativos somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
- b) A Administração Pública tem a faculdade de revogar seus atos por razões de conveniência e oportunidade, mas depende de decisão judicial para anulá-los.
- c) No âmbito federal, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para seus destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- d) Os atos administrativos discricionários não são passíveis de revogação pela própria Administração Pública, mas estão sujeitos a controle judicial, inclusive no que se refere ao mérito administrativo.
- e) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.

**Questão 10 - São elementos do ato administrativo:**

- a) presunção de legalidade, economicidade, eficiência e motivação.
- b) competência, forma e vinculação.
- c) presunção de legitimidade e impessoalidade.
- d) competência, forma, objeto, finalidade e motivo.
- e) vinculação e discricionariedade.

**Questão 11 - Considerando as alternativas abaixo, assinale a que representa um ato administrativo declaratório:**

- a) licença.
- b) expedição de certidões.
- c) sanção disciplinar.
- d) autorização.
- e) nomeação de funcionário.

**Questão 12 - Se determinada pessoa sofre danos em razão de mau atendimento em hospital público, a responsabilidade civil da Administração Pública por tais danos:**



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

- a) será afastada, caso comprovado dolo ou culpa exclusiva do agente público.
- b) independe de comprovação de dolo ou culpa do agente e do nexo de causalidade entre o evento e o dano.
- c) é de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa dos agentes.
- d) é de natureza objetiva, cabendo direito de regresso em face dos agentes responsáveis, no caso de dolo ou culpa.
- e) é de natureza subjetiva, demandando a comprovação da falha na prestação do serviço e culpa de agente público.

**Questão 13 - Para a contratação de obras no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a Administração deverá adotar a seguinte modalidade de licitação:**

- a) leilão
- b) pregão
- c) tomada de preços
- d) concorrência
- e) convite

**Questão 14 - A estabilidade dos servidores públicos, nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, dar-se-á após três anos, contados a partir:**

- a) da nomeação.
- b) da proclamação do resultado do concurso.
- c) da posse.
- d) de efetivo exercício.
- e) da publicação da sua nomeação em diário oficial.

**DIREITO CIVIL**

**Questão 15 - De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:**

- a) Coisa julgada é a decisão judicial de primeiro grau que comporta a interposição de recurso.
- b) Considera-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não cabe recurso.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- d) Direito adquirido é aquele que apenas o seu titular pode exercer.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

e) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**Questão 16 - Sobre os direitos da personalidade, consoante o Código Civil Brasileiro, marque a alternativa correta:**

- a) Havendo risco de vida, o Estado poderá obrigar qualquer pessoa natural a se submeter a intervenção cirúrgica.
- b) Não é válida, em nenhuma hipótese, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte.
- c) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer a proteção aos direitos da personalidade, o cônjuge e os descendentes, exclusivamente.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em todos os casos, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.

**Questão 17 - Acerca da personalidade e da capacidade civil, assinale a alternativa correta:**

- a) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- c) São absolutamente incapazes a todo ato da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os deficientes mentais.
- d) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- e) São absolutamente incapazes os pródigos.

**Questão 18 - Em relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:**

- a) Decai em quatro anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

- b) Em regra, se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão, em qualquer hipótese, pela maioria de votos dos presentes.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- d) As fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos e culturais.
- e) As autarquias, os partidos políticos e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.

**Questão 19 - Se determinada pessoa adquirir um vaso de vidro pensando ser de cristal, o negócio jurídico é anulável por:**

- a) dolo acidental
- b) coação.
- c) lesão.
- d) erro substancial sobre a qualidade essencial do objeto.
- e) erro acidental.

**Questão 20 - No que se refere aos atos ilícitos, assinale a alternativa correta.**

- a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, exceto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- b) Mesmo que absolutamente necessária, a deterioração de coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, constitui ato ilícito.
- c) O ato praticado em legítima defesa, em regra, constitui ato ilícito.
- d) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede, manifestamente, os limites impostos pelo seu fim econômico ou social pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- e) O ato praticado no exercício regular de um direito, por regra, é ilícito.

**Questão 21 - Quanto à prescrição, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- c) Os prazos de prescrição só podem ser alterados mediante decisão judicial.
- d) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**Questão 22 - A respeito da solidariedade no Direito das Obrigações, é incorreto afirmar:**

- a) Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
- b) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, alguns ou todos os devedores.
- c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
- d) A morte de um dos devedores solidários extingue a solidariedade.
- e) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveitarão aos demais, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.

**Questão 23 - Acerca das relações de parentesco, assinale a alternativa correta.**

- a) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes e aos descendentes do cônjuge ou companheiro.
- b) São parentes em linha reta, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- c) O parentesco sempre resulta da consangüinidade.
- d) São parentes em linha colateral as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.
- e) Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

**DIREITO PENAL**

**Questão 24 - O disposto no artigo 1º do Código Penal, "*Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal*", configura o princípio da:**

- a) anterioridade.
- b) isonomia.
- c) presunção de inocência.
- d) ampla defesa.
- e) legalidade.

**Questão 25 - A lei brasileira aplica-se aos crimes praticados a bordo de:**

- a) embarcações mercantes brasileiras que estejam em mar territorial estrangeiro.
- b) embarcação estrangeira de propriedade privada que esteja em mar territorial brasileiro.
- c) aeronaves mercantes brasileiras que estejam em espaço aéreo estrangeiro.
- d) aeronaves mercantes brasileiras que estejam em pouso em aeroporto estrangeiro.
- e) embarcações mercantes brasileiras que estejam em porto estrangeiro.





DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**Questão 26 - "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". Tal hipótese refere-se:**

- a) ao crime preterdoloso.
- b) ao crime consumado.
- c) à tentativa branca.
- d) ao crime impossível.
- e) a desistência voluntária e arrependimento eficaz.

**Questão 27 - Partícipe de um crime é o sujeito que:**

- a) pratica a conduta descrita no tipo penal, juntamente com seu comparsa.
- b) executa o comportamento que a lei define como crime.
- c) auxilia autor de crime a subtrair-se à ação de autoridade pública.
- d) induz, instiga ou auxilia na prática do crime, embora não pratique conduta típica.
- e) pratica a conduta descrita no tipo penal em legítima defesa.

**Questão 28 - Acerca do crime tentado e do crime consumado, assinale a alternativa correta:**

- a) a ocorrência do resultado é indispensável para a caracterização do crime culposos.
- b) os atos preparatórios fazem parte da execução do delito, caracterizando o crime tentado.
- c) a consumação do crime de corrupção passiva ocorre com o recebimento da vantagem indevida.
- d) a interrupção da execução do delito por desistência do agente caracteriza o crime tentado.
- e) a consumação do crime de concussão ocorre com o recebimento da vantagem indevida.

**Questão 29 - Assinale a alternativa correta:**

- a) O tráfico internacional de entorpecentes é um crime imprescritível.
- b) Os crimes hediondos são imprescritíveis.
- c) A prática da tortura é um crime suscetível de anistia.
- d) O terrorismo é um crime inafiançável.
- e) A prática de racismo constitui crime afiançável.

**Questão 30 - Se um funcionário público apropriar-se de dinheiro que lhe foi confiado em razão do cargo, estará cometendo o crime de:**

- a) corrupção passiva.
- b) peculato.





**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

- c) apropriação indébita.
- d) concussão.
- e) furto.

**Questão 31 - De acordo com o Código Penal, considera-se funcionário público ou está a ele equiparado:**

- a) aquele que exercer cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente.
- b) apenas o ocupante de cargo efetivo que goze de estabilidade.
- c) somente o funcionário ou servidor público concursado.
- d) o ocupante de cargo ou emprego públicos na administração direta, excluídos aqueles que integram a estrutura da administração indireta.
- e) aquele que ocupar cargo ou emprego públicos, excluídos os comissionados.

**Questão 32 - O funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo enquadra-se no seguinte tipo penal:**

- a) concussão.
- b) advocacia administrativa
- c) condescendência criminosa.
- d) prevaricação.
- e) corrupção passiva.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Questão 33 - Sobre o Tema Competência, julgue os itens abaixo:**

I - A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, excepcionalmente, no foro do domicílio do réu porque ao autor cabe o direito de escolher onde propor a ação;

II - Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor..

III - A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.

IV - A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.

V - A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes e estas não poderão modificar também a competência em razão do valor e do território.

**Estão corretas as afirmativas contidas nos itens:**



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

- a) Apenas nos itens I, II e III;
- b) Apenas nos itens II e IV ;
- c) Apenas nos I, III, IV e V
- d) Todos os Itens estão corretos;
- e) Apenas nos Itens II, III e IV.

**Questão 34 - de acordo com o código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta a respeito do tema capacidade processual:**

- a) O juiz dará curador especial não só ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele, mas também ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
- b) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- c) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações reais imobiliárias;
- d) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.
- e) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.

**Questão 35 - Sobre os atos processuais, marque a alternativa correta:**

- a) Os atos processuais são, de regra, públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público e que digam respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.
- b) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito aos procuradores das partes, isto é, aos advogados devidamente habilitados pela procuração outorgada pela parte.
- c) Os atos do juiz consistirão apenas em sentenças e despachos.
- d) Durante as férias e nos feriados não se praticarão, sem qualquer exceção, atos processuais.
- e) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

**Questão 36 - Julgue os seguintes itens sobre a formação, a suspensão e a extinção do Processo:**

- I) Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador ou também pela convenção das partes
- II) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, dentre outras hipóteses, quando o juiz indeferir a petição inicial;
- III) Não haverá resolução de mérito, mas apenas o reconhecimento da perda da pretensão pelo decurso do prazo, quando o Juiz pronunciar a prescrição.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

IV) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

V) Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

**Estão incorretos:**

- a) Apenas o Item III.
- b) Apenas os Itens I e V.
- c) Apenas os Itens I e II.
- d) Apenas os Itens II, III, e IV.
- e) Todos os itens estão incorretos.

**Questão 37 - Acerca das provas, marque a alternativa falsa:**

- a) Os fatos admitidos, no processo, como incontrovertidos não dependem de prova;
- c) Quando a parte, ou a testemunha, por enfermidade, ou por outro motivo relevante, estiver impossibilitada de comparecer à audiência, mas não de prestar depoimento, o juiz designará, conforme as circunstâncias, dia, hora e lugar para inquiri-la.
- d) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando recair sobre direito indisponível da parte ou também quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- e) A confissão, por ser ato extremo, somente pode ser realizada judicialmente.

**Questão 38 - Com relação à Sentença e à Coisa Julgada, assinale a alternativa incorreta:**

- a) É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- b) A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.
- c) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- d) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.
- e) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Questão 39 - Acerca da denúncia, estabelece o Código de Processo Penal que:**

- a) dela deve constar, obrigatoriamente, o rol de testemunhas.
- b) após oferecida, e instaurada a ação penal, o Ministério Público não poderá dela desistir.



II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- c) o seu oferecimento depende, necessariamente, de prévio inquérito policial.
- d) trata-se da petição inicial da ação penal pública e em nenhuma hipótese poderá ser rejeitada.
- e) o prazo para seu oferecimento, estando o réu preso, é de quinze dias.

**Questão 40 - Conforme dispõe o Código de Processo Penal, a respeito do inquérito, é correto afirmar que:**

- a) A autoridade policial, após concluir que a infração apurada não constitui crime, poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.
- b) Cabe recurso, exclusivamente ao juiz competente, do despacho proferido pela autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito.
- c) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito de ofício.
- d) Depois de o juiz ordenar o arquivamento do inquérito por falta de base para a denúncia, poderá a autoridade policial realizar novas investigações sobre os mesmos fatos, se tiver notícia de outras prova.
- e) O indiciado não pode requerer diligência à autoridade policial durante o inquérito.

**Questão 41 - Em relação às citações e intimações no Processo Penal, assinale a alternativa correta:**

- a) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, poderá ser citado pelos correios.
- b) Se o acusado for citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato do processo e deixar de comparecer sem motivo justificado, o processo prosseguirá sem a sua presença.
- c) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 30 (trinta) dias.
- d) A citação do militar será feita pessoalmente, sendo expressamente vedado realizar o ato por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- e) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, não ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

**Questão 42 - Acerca do procedimento comum ordinário, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Na instrução, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, não se incluindo, porém, nesse número, aquelas que não prestam compromisso e as referidas.
- b) O prazo para a apresentação de resposta à acusação, no caso de citação por edital, começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
- c) No direito processual penal, vigora o princípio da identidade física do juiz.
- d) Oferecida a denúncia, se o juiz não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e designará dia e hora para a realização do interrogatório, ocasião em que o acusado deverá estar assistido por defensor.
- e) Em regra, as alegações finais serão orais, mas o juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**Questão 43 - Considerando o procedimento do Tribunal do Júri, assinale a afirmativa correta.**

- a) Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.
- b) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, sendo dispensável a especificação das circunstâncias qualificadoras e das causas de aumento de pena.
- c) O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) O recurso cabível para atacar a sentença de impronúncia é o recurso em sentido estrito.
- e) O juiz não poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação que importe em pena mais grave ao acusado.

**Questão 44 - Considerando as atuais regras sobre prisões no Brasil, assinale a alternativa correta:**

- a) A prisão em flagrante delito terá duração máxima de 81 (oitenta e um) dias, improrrogáveis.
- b) Apenas as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- c) No rito procedimental do Tribunal do Júri, uma vez pronunciado o Réu, torna-se obrigatória a decretação de sua prisão pelo Juiz.
- d) A prisão preventiva decretada pelo juiz somente é cabível na fase de investigação policial.
- e) O Juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

**LEGISLAÇÃO**

**Questão 45 - Segundo a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que:**

- a) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato pelo Juiz, desde que haja prévia manifestação do Ministério Público.
- b) É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial.
- c) Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Varas Cíveis acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) As medidas protetivas deferidas, em sede de cognição sumária, impõem à vítima o dever de representar criminalmente no prazo decadencial de 6 (seis) meses, sob pena de revogação das medidas.
- e) O Juiz não poderá decretar outras medidas protetivas para a mulher que não estejam previstas na lei.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**Questão 46 - Conforme disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), quanto à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta:**

- a) Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.
- b) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- c) A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- d) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- e) Atingido o limite de prazo de internação, o adolescente será colocado em liberdade total.

**Questão 47 - De acordo com a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa correta a respeito da adoção:**

- a) A adoção atribui condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de todo e qualquer vínculo e impedimento com os pais e parentes.
- b) O adotando deve contar com no máximo 16 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- c) É vedada a adoção por procuração.
- d) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- e) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando

**Questão 48 - Em conformidade com a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), podem ser considerados direitos básicos do consumidor, exceto:**

- a) direito à modificação de cláusulas contratuais, quando estas estabelecerem prestações que se tornaram excessivamente onerosas, em razão de fatos supervenientes.
- b) direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- c) direito à proibição da venda de produtos considerados perigosos ou nocivos.
- d) direito à prevenção e reparação de danos morais.
- e) direito a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

**Questão 49 - Considerando o disposto nas Leis Complementares Estaduais 20/1998 e 124/2008, que regem a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A Defensoria Pública do Estado é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei.



**DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

**II PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO.**

- b) À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, financeira e administrativa, competindo-lhe praticar atos próprios de gestão e a iniciativa de sua proposta orçamentária, a qual será enviada ao Governador do Estado, observados os limites previstos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) As funções institucionais da Defensoria Pública do Estado só poderão ser exercidas por membro da carreira.
- d) A Defensoria Pública do Estado atuará junto aos estabelecimentos prisionais visando ao atendimento jurídico permanente dos presos sumariados e apenados, necessitados na forma da lei, competindo à administração do Sistema Penitenciário do Estado reservar-lhe instalações adequadas a seus trabalhos, prestar as informações solicitadas, assegurando o acesso à documentação dos presos internos e garantir o direito de entrevista, na forma da lei.
- e) A Defensoria Pública do Estado tem por chefe o Defensor Público Geral, nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes da carreira, que detenham dez (10) ou mais anos de efetivo exercício na atividade, maiores de trinta e cinco (35) anos, indicados em lista tríplice para mandato de (2) anos, permitida uma recondução, por igual período.

**Questão 50 - De acordo com a LC 80/94, com as alterações da LC 132/2009, são objetivos da Defensoria Pública, exceto:**

- a) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- b) a afirmação do Estado Democrático de Direito.
- c) a prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- d) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- e) a orientação jurídica e o exercício da defesa de toda a população.